

# Vícios Ocultos

CPI-Orçamento

\* 8 DEZ 1993

JORNAL DO BRASIL

A generalização, a simplificação e a satanização do papel das empreiteiras são os três artifícios mentais por trás da atmosfera de sensacionalismo e exploração política que ameaça se instalar na CPI do Orçamento.

O risco que se anuncia, no caso, é uma desconversa sobre a principal cota de responsabilidade que cabe aos parlamentares, membros do Executivo e altos funcionários nos desmandos com os recursos públicos. Nenhum bode expiatório conseguirá esquivar-se a responsabilidade das autoridades públicas na criação de regras viciadas de um jogo suspeito, de que se aproveitam e querem, no fundo, preservar.

Empreiteiras não trabalham apenas para o governo. A Shell, a Brahma, a Alcoa são alguns de seus clientes. Por que, no setor privado, não se tem notícia de queixas contra as empreiteiras, casos de licitações escandalosas ou do sistemático superfaturamento característico das obras públicas? Porque o próprio mercado regula a racionalidade da obra e fixa critérios transparentes para as concorrências.

No setor público a situação é outra. Criou-se aí um sistema perverso que obrigou as empreiteiras a desenvolverem mecanismos de defesa. Num economia inflacionária, sendo o Estado um notório mau pagador que não pode ser executado, as obras são superdimensionadas em concorrências precárias. Muitas vezes, as empreiteiras acabam financiando essas obras, cujos preços são preventivamente inflados.

Parlamentares e burocratas corruptos funcionam como atravessadores nessa diabólica engrenagem: são os primeiros interessados na morosidade de todo esse processo, suscitando dificuldades para depois vender facilidades. Quanto maiores elas forem, mais altas serão as comissões cobradas. A rapinagem não tem compromisso com a racionalidade da obra: o que importa são as verbas previstas.

As empreiteiras se adaptaram a esse jogo, para sobreviver. De sócias de um programa de desenvolvimento — que implica a construção de estradas, barragens, linhas de transmissão, metrô, pontes e hospitais — foram coagidas a se tornarem cúmplices da manipulação de verbas para obras duvidosas, como a Ferrovia Norte-Sul do governo Sarney ou a adutora de Marajoara, do governo Moreira Franco.

A cumplicidade dos atravessadores políticos é muito mais natural do que a aliança das empreiteiras, que disputam o mercado. As denúncias açodadas sobre um sinistro cartel de empreiteiras esbarram no fato de que, em 20 anos, das oito maiores construtoras, cinco quebraram ou encerraram suas atividades, ou seja, 60% delas.

Numa atividade verdadeiramente cartelizada, isso não ocorreria. Basta comparar com o que aconteceu, no mesmo período, com as indústrias de cimento, alumínio, mecânica pesada ou automobilística. O acirramento da concorrência, a tendência à privatização da economia, o risco das obras, o recuo do Estado como grande contratador explicam porque as grandes empresas construtoras tenderam a diversificar suas atividades, na siderurgia, na petroquímica, na agropecuária ou na celulose.

Não foram as empreiteiras, mas os industriais em conluio com os políticos os grandes responsáveis pelo estabelecimento de um sistema protecionista, de fato, para o setor de serviços — como o financeiro, a construção civil e os bens de capital. É preciso repetir: o segundo parágrafo do Artigo 171 diz que, “na aquisição de bens e de serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial, nos termos da lei, à empresa brasileira de capital nacional”. É um critério de desempate, não a garantia de um privilégio.

Se as grandes construtoras brasileiras trabalham nos Estados Unidos, no México, na Argentina, no Oriente Médio e na China, por que negar reciprocidade a empresas desses países? O primeiro beneficiado seria o contribuinte, uma vez que estudos do Banco Mundial revelam que as empreiteiras brasileiras (devido ao mecanismo viciado) cobram 30% a mais do que suas congêneres internacionais.

A abertura da economia, contudo, é uma idéia inaceitável para os que vivem de comissões e propinas. Para os que se habituaram a esconder na política a prática da peita, sob o manto do nacionalismo retórico. Para esses, a reserva de mercado é a garantia de que tudo ficará como dantes no quartel de Abrantes.